

SAÚDE PÚBLICA

Freqüentadores do Parque Nacional de Brasília continuam a se abastecer na fonte apesar do grande número de coliformes. Pesquisa da UnB sugere um conjunto de obras para reduzir quantidade de impurezas

Água para não beber

Carolina Nogueira
Da equipe do Correo

Os visitantes do Parque Nacional de Brasília que têm o hábito de beber água nas fontes do complexo de lazer Água Mineral estão correndo riscos de saúde. Uma pesquisa do departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UnB que deve ser entregue esta semana ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) mostra que a água das fontes do parque vem apresentando sinais de contaminação por coliformes totais e fecais — bactérias originadas de sedimentos e fezes. A situação foi percebida pela primeira vez em 1999. De lá para cá muito pouco mudou: o próprio Ibama admite que pouco foi feito para conter a contaminação. E os freqüentadores, muitas vezes já alertados para o problema, continuam bebendo uma água não potável como se fosse pura e natural.

Realizada de março a novembro do ano passado, a pesquisa mostra que é nos primeiros meses de chuva que a contaminação dá um salto: em setembro e outubro, a concentração de coliformes totais na fonte de coleta de água, em Número Mais Provável (NMP), chegou a 224,7 por 100 ml de água. A de coliformes fecais, por sua vez, atingiu 8,4. Segundo a portaria N° 36 do Ministério da Saúde, para ser considerada po-

tável, a água não pode conter coliformes fecais e, no máximo, 3 NMP/100 ml de coliformes totais. Os dados mais recentes, da primeira semana de novembro passado, apontam 19,7 NMP/100 ml de coliformes totais.

Os responsáveis pelas unidades de conservação do Ibama afirmam que também estão acompanhando a contaminação da água no Parque Nacional de Brasília. "A Água Mineral não está abandonada. Desde que foi dado o alerta, há pouco mais de um ano, estamos fazendo medições semanais com amostras colhidas pela Caesb", explicou Lúcia Maria Porreca, da diretoria de Unidades de Conservação do Ibama. Segundo ela, os resultados desses estudos serão divulgados em fevereiro. "Só aí definiremos as medidas que vamos tomar", disse. Até agora, a única atitude concreta foi a colocação de uma placa de interdição da fonte, o que não inibiu o consumo pelos visitantes.

"A água só fica contaminada quando chove. Com certeza, ainda é muito melhor do que a que a Caesb distribui nas casas", acredita Humberto Felizaro, membro da Associação de Amigos do Parque. A comerciante Noêmia da Costa Silva, de 31 anos, também não se intimida com os alertas. "Venho aqui há três anos, sempre tomei e nunca tive nada. Todo mundo toma, não tem nada,

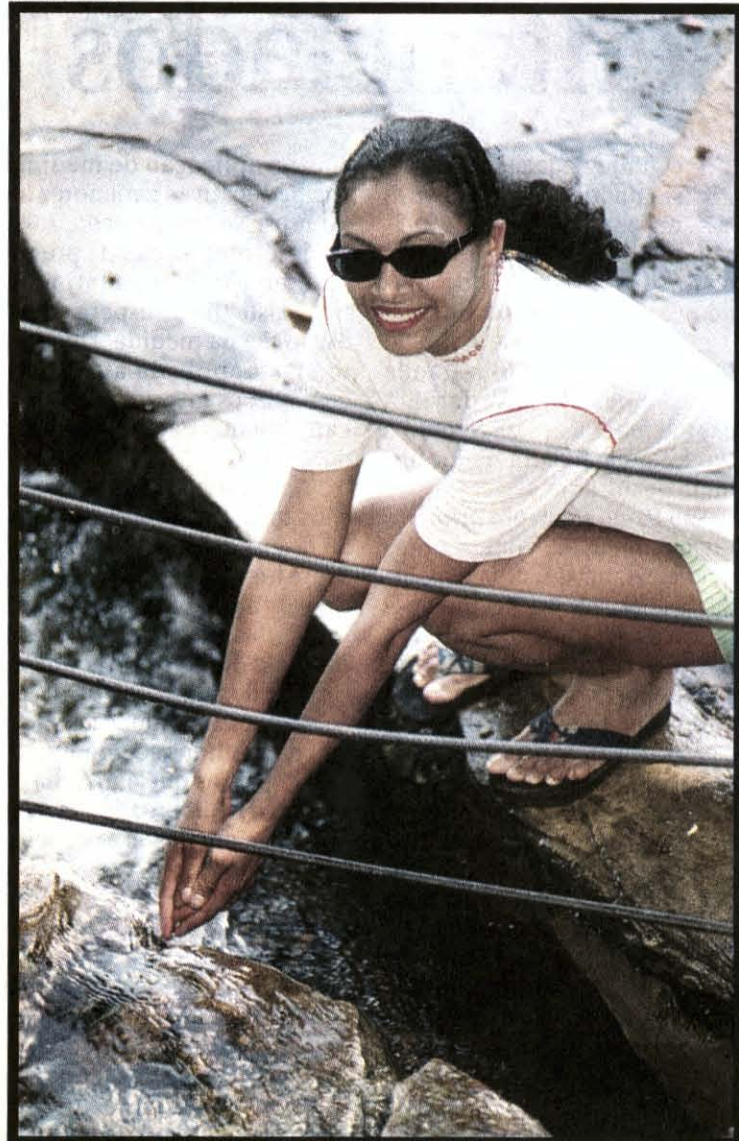
não", comenta a freqüentadora do Parque Nacional.

INFEÇÕES

Não é o que dizem os especialistas. "No intestino, os coliformes são inofensivos. O problema é quando essas bactérias contaminam a pele, o aparelho urinário ou outros órgãos", explicou o engenheiro Feliciano de Abreu, aluno de mestrado da UnB e um dos responsáveis pela pesquisa. Segundo o estudo, os tipos de coliformes fecais encontrados na água do parque podem ocasionar infecções urinárias e pulmonares, gastroenterites, abscessos e inflamações na pele, principalmente em locais com ferimentos, e até meningites.

Apesar de terem sido encontrados sinais de coliformes também na água da piscina velha do parque, a concentração não compromete a saúde de quem nada ali: os 2.419 NMP/100 ml de coliformes totais e 80 NMP/100 ml de coliformes fecais encontrados nos meses mais críticos estão bem abaixo do limite fixado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Segundo a resolução n° 274/2001 do Conama, a água com até 250 NMP/100 ml de coliformes fecais é considerada excelente para banho. "A situação não é preocupante, mas é bom estar atento às ingestões acidentais e ao contato com as mucosas", afirmou Feliciano.

Lindouro Gomes



NOÊMIA SILVA BEBE ÁGUA DA FONTE HÁ TRÊS ANOS: "NUNCA TIVE NADA"

Sujeira das chuvas

Segundo a pesquisa da UnB sobre a qualidade da água na fonte do Parque Nacional de Brasília, a contaminação só é alarmante nos meses de chuva — que coincidem com o período de verão, quando o parque chega a abrigar 5 mil pessoas por domingo. "A chuva carrega a poluição, durante os meses de seca, a contaminação tende a zero", afirmou Feliciano. "O maior fator poluidor são as fezes dos animais da reserva, que as águas pluviais carregam para dentro do solo, atingindo o lençol freático e as fontes", comentou Daniella Cunha de Lacerda, pesquisadora da UnB.

"Justamente por causa do desenho do parque, que é inclinado, a chuva também carrega partículas desses detritos direto para a piscina, o que justifica a concentração maior de coliformes fecais ali", disse, completando que os usuários também são fatores poluidores: "Muitos pisam em restos de fezes de animais nas trilhas, e depois carregam aquilo para dentro da piscina".

A chuva também colabora para a contaminação dos lençóis freáticos pela Lagoa das Antas, que é poluída e fica dentro do parque. "Quando a lagoa transborda, a água entra nas galerias pluviais, que são vizinhas das fontes, e acabam contaminando a água pura", explica Feliciano.

OBRAS

Os pesquisadores da UnB explicam que resolver o problema depende de obras simples e baratas. "O que não se pode é garantir que as obras vão zerar a poluição da água: como a contaminação é natural, ou

seja, acontece por causa de fezes de animais nativos e da chuva, pode ser que só se consiga minimizar o problema", alerta Feliciano.

Entre as obras sugeridas estão a instalação de um amplo serviço de drenagem no gramado superior das trilhas da Água Mineral, para evitar o carreamento das fezes para o solo, e uma obra de desvio da água que sai da lagoa das Antas, para que a poluição não se aproxime dos lençóis freáticos. Para evitar que a contaminação da piscina velha se amplie, é sugerido ainda o cercamento da área e a instalação de lava-pés.

As medidas são semelhantes às que direção do parque discute desde 1999, e que até agora não saíram do papel. "Estivemos fazendo o monitoramento da situação para depois decidir que medidas tomar de forma acertada", afirmou Lúcia Porreca, do Ibama. A Procuradoria de Meio Ambiente do Ministério Público do DF acompanha a solução do problema. "Vamos apresentar uma recomendação à diretoria do parque

para que as obras sejam feitas, e estamos confiando que isso será suficiente. Mas se não for, temos instrumentos jurídicos para determinar a realização das reformas, porque a questão é de saúde pública", explicou o procurador Alexandre Camanho, que está acompanhando o caso. O presidente do Ibama, Hamilton Casara, apóia o projeto. "Inclusive financeiro — se a receita do parque não for suficiente, o Ibama pode entrar com suplementação de recursos", disse.

"VAMOS APRESENTAR UMA RECOMENDAÇÃO À DIRETORIA DO PARQUE PARA QUE AS OBRAS SEJAM FEITAS, E ESTAMOS CONFIANDO QUE ISSO SERÁ SUFICIENTE. MAS SE NÃO FOR, TEMOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA DETERMINAR A REALIZAÇÃO DAS REFORMAS, PORQUE A QUESTÃO É DE SAÚDE PÚBLICA"

ALEXANDRE CAMANHO
Procurador